

Sensibilidade pode criar obras de arte, mas não cria recursos financeiros. Isso é esquecido, quando governadores acusam os técnicos do governo federal de insensíveis à crise dos Estados. A reclamação é inútil. Mesmo que chore até a desidratação, o secretário do Tesouro Nacional não mudará, com isso, os limites da assistência possível aos endividados. Possível ou prudente: nesse caso, as palavras são sinônimas. Esses limites parecem ter pouca importância para os governadores empenhados em refinar, com recursos da União, dívidas tanto da administração quanto de estatais. Isso está claro nas propostas preparadas pelo governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, por encomenda de seus colegas. Se entre eles não houver divergência importante, quatro anteprojetos serão encaminhados ao Congresso Nacional. A pretensão é jogar sobre o Executivo federal um pacote pronto, com as condições de rolagem sacramentadas pelos parlamentares.

As propostas mudam inteiramente os rumos apontados nas primeiras negociações, com novos prazos, novos limi-

tes de ajuda e novas condições para vários tipos de compromissos. Agora se pretende, por exemplo, financiamento da União para precatórios — dívidas cobradas pela Justiça —, com juros reais de 4% ao ano e prazo de 30 anos. Isso dependerá de projeto de lei. Ao mesmo tempo, emenda constitucional deverá, segundo se pretende, permitir o parcelamento, em até oito anos, dos pagamentos de precatórios. Por que oito anos? A sugestão poderia ser de 5 ou 20. Muita gente está esperando o dinheiro há muito tempo. O poder público é sempre veloz na desapropriação e lento na compensação. Com um prazo pouco maior, muitos dos credores talvez morram e os herdeiros podem até desistir. Por que não tentar?

O governo federal vinha aceitando rolar as dívidas mobiliárias, formadas por papéis dos Tesouros estaduais, e facilitar o saneamento dos bancos. Os governadores de Estados mais pobres, em geral com dívidas contratuais mais pesadas que as mobiliárias, vinham reivindicando atenção a suas necessidades. Caso a caso, tudo indicava, seria possível cuidar dos casos mais graves, em troca de

programas de privatização e de austeridade. Os governadores, porém, preferiram trocar a negociação pela interferência do Congresso. Com isso, pretendem conseguir, entre outras vantagens, um limite mais baixo de comprometimento de receitas. O teto dos pagamentos cairá, se tiverem êxito, de 11% da receita líquida para apenas 6%. Mas também a receita líquida será recalculada, se o pacote for aprovado. As cotas do salário-educação e as transferências federais vinculadas a convênios serão descontadas. Assim, a base de cálculo será menor.

Com essas mudanças, tem pouco sentido, se é que tem algum, criar um prazo de rolagem de 30 anos. Quem pode saber, nesta altura, quanto os Estados deverão pagar anualmente? Além disso, o valor total refinanciado será muito diferente dos números hoje conhecidos. Até há pouco se imaginava, como limite, uma dívida total de R\$ 93 bilhões. Com a inclusão dos precatórios e das dívidas de estatais, além do alongamento dos prazos para

quitar impostos e contribuições devidos à União, ninguém saberá qual o montante renegociado, nem quanto isso custará.

Os governadores querem alguma folga para investimento nos dois anos finais de seu mandato. Isso parece razoável. Todos pretendem, como diz o governador do Distrito Federal, fazer algo mais que

administrar dívidas e folhas de pessoal. Os cidadãos com certeza aplaudiriam os governantes, se conseguissem gastar mais em estradas, educação, saúde e ou-

tros serviços necessários à comunidade. Mas, para isso ser possível, alguém tem de consertar as contas públicas. Pode-se alegar que a maior parte dos problemas foi criada pelos antecessores. Mas ninguém pode dizer que desconhecia a crise, quando correu ao governo. Ninguém impôs condições ao Tesouro Nacional, ou aos credores do Estado, quando se candidatou a governador. Alguém teria sido eleito, se dissesse não estar disposto a enfrentar os problemas?

**Ninguém pode
dizer que ignorava
a crise dos Estados,
quando concorria
ao cargo de
governador**